

## **O enfrentamento da opressão contra as mulheres a partir da categoria classe social**

### **Facing oppression against women from the category of social class**

### **El enfrentando a la opresión contra las mujeres desde la categoría de clase social**

**Terezinha Martins dos Santos Souza**

Profª. Adjunta na Faculdade de Ciências Sociais – CCH / UNIRIO  
Coordenadora do Negrem (UNIRIO / UFF)  
Pós-doutora em História Contemporânea pelo IHC (UNL) – Lisboa – Portugal

**Paulo Marques Alves**

Prof. Auxiliar do Iscte (Instituto Universitário de Lisboa)  
Investigador integrado do DINAMIA^CET (Iscte)  
Pesquisador do NEGREM  
Colaborador do IHC (UNL)  
Membro do NEPTQSAL (UFSC)

**Ivan Ducatti**

Prof. Adjunto de História Contemporânea - ESS (UFF)  
Pesquisador e Vice-Coordenador do Negrem (UNIRIO / UFF)  
Pós-doutor em Serviço Social (UFRJ)  
Pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (UNL)

**Resumo.** Partimos do materialismo histórico-dialético (MHD) para analisar as complexas relações entre classe, raça/etnia e sexo/gênero existentes no capitalismo, enfatizando as relações entre o eixo da exploração e o eixo das opressões. Tenciona-se combater tanto o mecanicismo reducionista, que considera apenas a classe como determinação central, quanto o pós-modernismo que exclui a classe de suas formulações. Toma-se a categoria trabalho ontologicamente, o que permite analisar a divisão sociosexual do trabalho, como uma necessidade do modo de produção capitalista. Assim, faz-se mister tomar a classe trabalhadora como o eixo das análises da opressão, utilizando-se da teoria marxista que credita ao trabalho o fundamento da sociabilidade. Objetivamos não renovar o MHD, posto que ele – desde sua criação por Marx e Engles – nos permite realizar análises complexas, para além da deturpação mecanicista; mas pretendemos demonstrar como o MHD é um arsenal heurístico adequado e contundente para pensarmos as opressões e sua ligação com a exploração do trabalho, e como tal utilização engendra uma análise das opressões que recaem sobre as mulheres, que permite conhecer quais são as formas históricas, políticas, sociais e ideológicas que o capital cria e recria para se eternizar como modo de produção.

**Palavras-chave:** Materialismo Histórico-Dialético; Classe Trabalhadora; Mulheres; Trabalho; Opressão.

**Abstract.** The historical-dialectical materialism (HDM) is our starting point to evaluate the complex and existing liaisons in capitalism between class, race/ethnicity and sex/gender, by emphasizing the connections between the exploitation/oppression axis. We aim to struggle both the reductionist mechanistic, which only deals with class as a

central determination, as well as postmodernism, which rejects class from its formulations. The work category, taken ontologically, allows us to analyze the social and sexual division of labor as a capitalist mode of production's essential. Thus, a need to be done is taking the working class as the axis of analysis of oppression, by using the Marxist theory that credits work as the sociability bedrock. So, we aim not to renew the HDM, considering that – since its creation by Marx and Engles – it allows us to carry out complex analyses, beyond the mechanistic misrepresentation; but we intend to demonstrate how the HDM is an adequate and forceful heuristic arsenal for thinking about oppression and its links to work exploitation, and how such uses may engender a set of analysis on oppressions that fall on women, granting us to know what are the historical, political, social, and ideological patterns capital creates and recreates to perpetuate itself as a mode of production.

**Key words:** Historical-Dialectic Materialism; Working Class; Women; Work; Oppression.

**Resumen.** Partimos del materialismo histórico-dialéctico (MHD) para analizar las complejas relaciones entre clase, raza/etnicidad y sexo/género existentes en el capitalismo, enfatizando las relaciones entre el eje de explotación y el eje de opresión. Tenemos, así, la intención de combatir tanto el mecanismo reduccionista, que solo considera la clase como una determinación central, así como el pos-modernismo, que excluye la clase de sus formulaciones. Se toma de manera ontológica la categoría de trabajo, lo que permite analizar la división socio-sexual del trabajo como una necesidad del modo de producción capitalista. Así, es necesario tomar a la clase obrera como eje de análisis de la opresión, utilizando la teoría marxista que acredita al trabajo como fundamento de la sociabilidad. Pretendemos no renovar el MHD, ya que éste –desde su creación por Marx y Engles– nos permite realizar análisis complejos, más allá de la tergiversación mecanicista; pero pretendemos demostrar cómo el MHD es un arsenal heurístico adecuado y contundente para pensar la opresión y su vinculación con la explotación laboral, y cómo tal uso engendra un análisis de las opresiones que recaen sobre las mujeres, que nos permite saber cuáles son las formas históricas, políticas, valores sociales e ideológicos que el capital crea y recrea para perpetuarse como modo de producción.

**Palabras clave:** Materialismo Histórico-Dialéctico; Clase Obrera; Mujeres; Trabajo; Opresión.

## **Introdução**

O enfrentamento da questão das opressões neste início de século XXI sofre de dois grandes problemas: o mecanicismo reducionista, que toma como única determinação a classe, e o idealismo pós-moderno, que exclui a classe de suas formulações.

No Brasil é possível encontrar teóricos e militantes seriamente comprometidos com processos de mudança social, atuando em práticas concretas nas lutas contra a opressão, mas não vinculam tais lutas à luta contra a exploração, quedando-se numa luta

inscrita nos marcos da cidadania e da ordem. Para teóricos que se reivindicam marxistas, se faz mister considerar que os conceitos marxianos de trabalho e extração da mais-valia, bem como o lugar que eles ocupam na teoria do valor trabalho, exigem certas formas de enfrentamento, teórica e politicamente. Excluindo-se o caráter exploratório da ordem burguesa, torna-se possível propor pactos e convivências harmônicas, bem como lutar por mudanças no interior do sistema, sem necessidade de revoluções, preservando seus traços principais.

Uma outra parcela de intelectuais, mesmo se declarando marxistas, recaem numa análise mecânica, empobrecedora e dicotômica, reduzindo todo o real apenas às categorias econômicas, recaindo no economicismo. Tal posição não encontra suporte na obra de Marx e Engels, conforme expresso abaixo:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma (grifo do autor) (ENGELS, data, p.).

Estas duas vertentes teóricas guardam entre si uma semelhança, que é tomar a categoria classe social de um mesmo modo, isto é, como negatividade. Netto (1998) afirma que é necessário distinguir a positividade do papel de herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental que a tradição marxista atribui à figura do proletariado da negatividade do papel de vítima passiva ou objeto paciente e sofredor, que autores dos anos 1840 atribuíam ao operário e que certas análises teóricas parecem resgatar. Assim, essas análises, quando consideram o sujeito social trabalhador, o fazem como negatividade e não como positividade. É destacado sempre esse sujeito sofredor, alvo do mesmo sofrimento, como se fora condição imanente ao lugar que ocupam na produção. No entanto, no que se refere à lei geral de acumulação capitalista, Marx (1989) demonstra que a “questão social”, isto é, as consequências deletérias expressas no conjunto de mazelas que recaem sobre a classe trabalhadora, são consequência direta do modo de produção capitalista (MPC), que quanto mais riqueza produz, mais pobreza gera.

A utilização da categoria *trabalho* deve ocorrer nos marcos ontológicos do materialismo histórico-dialético (MHD), pois a utilização desta categoria apenas como acessória, engendra lutas cujo potencial de rompimento são exíguos, restando na superfície, sem que a preocupação com o rompimento da subsunção do trabalho ao capital estejam colocadas.

### **Classe social em Marx**

Marx, ao longo de sua obra, trata a categoria classe social não como uma definição fechada, mas como um conceito em movimento, possuidora de uma característica central em todas as formulações, que é o fato de ela se fundar na divisão social do trabalho. Em *O Capital*, de 1867, aponta a existência de três classes fundamentais (proprietários da força de trabalho, proprietários do capital e da terra); no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, com Engels, aponta a existência de duas classes fundamentais, quais sejam, burgueses e proletários; n' *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, proclama a variedade ampla e heterogênea de classes, a partir da situação concreta dos indivíduos; já em *A Luta de Classes na França*, de 1850, aponta para a existência de classes em processo de oposição e lutas. Em síntese, Marx e Engels afirmam a existência, ao longo da história, de duas classes fundamentais: produtores diretos da riqueza (escravos, servos, assalariados) e proprietários dos meios de produção (a terra, a indústria, as ferramentas, as máquinas etc), ou seja, criadores e usurpadores da riqueza. Essas duas classes fundamentais fundam e caracterizam um determinado modo de produção, com interesses antagônicos, mesmo que na real dinâmica social haja heterogêneas frações de classes sociais.

Na obra de Marx e Engels, a classe social é uma categoria em movimento, fundada num modo de produção específico, apresentando uma dimensão estrutural que determina sua gênese e simultaneamente contém contradições e formas de enfrentamento que marcam seu movimento. Evitar o reducionismo teórico na discussão da categoria classe social é atentar para o fato de que esta assume determinações diversas em contextos históricos diferentes, caso esteja situada no centro ou periferia do capital, no contexto de expansão ou recessão econômica, em quais correlações de forças diversas etc. Para sua caracterização mais acurada, é basilar tomar também a análise dos conceitos consciência de classe e das lutas de classe.

Marx elabora formulações que apontam os fundamentos estruturais das principais classes, destacando as principais tendências do MPC: a separação do trabalho em relação aos meios de produção; a concentração e centralização do capital; a transformação do trabalho em trabalho assalariado e dos meios de produção em capital. Deste modo, as classes sociais não correspondem (a não ser aparentemente) ao tipo e volume de suas rendas, mas se determinam inicialmente na esfera produtiva e se constituem em função do papel que desempenham e o lugar que ocupam os sujeitos no processo produtivo. Tal análise opõe-se às formulações weberianas de que a classe se constitui na esfera do mercado e pela capacidade de consumo, reafirmando que a gênese da classe se situa no âmbito da produção, e pela função social na produção.

Para Marx, nas classes sociais modernas, a análise teórica deve tomar as pessoas na medida em que representam as categorias econômicas, em que simbolizam relações de classes e interesses de classe, e não de forma moral. Afirma que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social não pelo tipo de renda que recebem, mas pelo papel social na produção de riqueza. Afirma, ainda, que o tipo e o volume de renda, a capacidade de consumo e o acesso ao mercado são elementos determinados das classes. Ou seja, o lugar e o papel na atividade produtiva são aspectos determinantes das classes, em que a função ocupada na produção da riqueza é a causa, e a participação no mercado, a consequência.

Reforça-se, assim, que o que determina a classe é o tipo de propriedade que cada indivíduo possui para a atividade produtiva, bem como as relações de produção que estabelecem entre si no processo de produção, e as formas de enfrentamento que elas desenvolvem a partir de seus interesses. Esta é uma consigna que nos permite restar na materialidade os processos, e não efetuar uma análise moral e conservadora das relações entre as classes. É o tipo de propriedade que vai determinar o lugar que ocupam, o papel que desempenham, as relações que os sujeitos tendem a desenvolver no processo de produção de riqueza.

Algumas correntes teóricas quando denunciam com (mais) veemência e seriedade a opressão, o fazem de uma forma tão mecânica, que a opressão aparece como monolítica, obstando a resistência dos sujeitos; além de subsumirem a exploração à opressão. Desaparece a referência à classe, e abundam as referências aos direitos dos cidadãos.

Reafirma-se aqui a premência de se (re)colocar a categoria classe como eixo fundante no planejamento das lutas. Netto (1998) explicita que o grande significado da

revolução de 1848 foi a constituição do proletariado como sujeito de um novo processo emancipador, que necessariamente significou a ruptura radical com a ordem do capital. A classe que surgiu na cena política a partir daí pôde ter acesso à consciência dos seus interesses, e, com isso, tornou-se possível a emersão de um projeto sociopolítico próprio, autônomo, o proletariado, desta forma, se investiu do estatuto de classe para si.

O proletariado enquanto classe ocupa um lugar fundamental no corpo teórico da teoria marxiana, como defende Netto:

Uma teoria social assentada numa ontologia do ser social que credita ao trabalho o fundamento da socialidade não tem no proletariado um elemento externo e contingente: identifica nele o sujeito concreto de sua razão de ser (NETTO; 1998, p. XXVIII).

Quando afirma que o conhecimento pode se transformar em força material quando é apropriado pela classe trabalhadora, Marx sinaliza para um conhecimento que visa à transformação e não simplesmente à razão intelectual. Desta forma, a utilização do MHD enquanto arsenal heurístico enfrenta contestações em variados âmbitos, posto que seus pressupostos contêm uma visão de mundo que propõe não só o movimento, mas necessariamente a ruptura, ao enfatizar a gênese da exploração, vinculando a discussão da opressão aos interesses econômicos de cada forma histórica em que ela se constituiu.

A utilização do MHD permite analisar as complexas relações entre classe, raça/etnia e sexo/gênero existentes no capitalismo, bem como analisar as relações entre o eixo da exploração e o eixo das opressões, sem resvalar no pós-modernismo nem no mecanicismo.

A concepção teórica de Marx repousa sobre três pilares: o método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução (NETTO, 1990). Leituras instrumentais e pragmáticas do real analisam cada um destes pilares de forma separada e autônoma, como se cada um deles constituísse a totalidade e não fossem apenas momentos particulares desta totalidade. Tais análises permitem aos seus autores realizar alianças com setores sociais que, em nível do discurso, se apresentam como críticos à ordem do capital, mas que se constituem, na prática, apenas como apologetas desta mesma ordem.

Este artigo objetiva demonstrar como o MHD permite discutir a dialética exploração/opressão, sem reduzi-la ao mecanicismo, que consiste em tomar a dimensão econômica (trabalho/classe social) como a única, e nem recair no idealismo, separando

as opressões de sua gênese nos interesses de classe dominantes. Afinal, o arsenal heurístico do MHD permite que apreendamos esses fenômenos não de forma estanque e separada, mas articuladamente, posto que, dialeticamente, essas relações atuam de forma diversa, mas obedecendo a uma mesma lógica de quem detém o poder: dividir para reinar.

As relações de classe se articulam com as de sexo/gênero e raça/etnia, numa dinâmica que é própria dos movimentos sociais capitalistas. No entanto, dados os limites de espaço deste artigo, limitar-nos-emos a analisar as articulações de classe com as de sexo/gênero.

### **Enfrentamento das opressões das mulheres a partir do MHD**

A consigna de Marx que afirma que as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes assume, neste primeiro quartel do século XXI, uma enorme atualidade no que se refere às discussões realizadas acerca das variadas formas de opressão que recaem sobre os seres sociais, e cujos efeitos recaem de forma ainda mais acentuada sobre a classe trabalhadora. Os interesses do MPC, que, a partir dos anos 1970, conheceram forte contestação de variados setores sociais, com a classe trabalhadora à frente, obrigaram as classes dominantes a efetuar mudanças. Tais mudanças são fenomênicas e não alteraram (e nem podia fazê-lo) o cerne da exploração, mas fizeram emergir um conjunto de formulações que aparentemente lidavam com as exigências postas pelos setores sociais que entraram em luta no período.

Do ponto de vista da organização do trabalho, a mudança foi expressa no surgimento das ilhas de trabalho, substituindo a esteira fordista<sup>1</sup>. As esteiras não desapareceram, mas foram conservadas majoritariamente nas economias não cêntricas, nas quais a forma de extração da mais-valia é a mais-valia absoluta como processo principal de criação de valor. Vale destacar, porém, que as ilhas de produção surgiram na esteira da escola sociotécnica no modelo de produção intitulado de reflexivo, ou seja, o modelo da Volvo, com a fábrica de Kalmar, que tinha uma linha de montagem seccionada; já na sua posterior fábrica de Uddevalla, lá não havia sequer linha de

---

<sup>1</sup> “Os processos de trabalho fordista e taylorista predominaram na indústria capitalista, ao longo do século XX, o primeiro com o controle dos tempos e movimentos dos/as trabalhadores/as e o segundo com sua produção em série. Para manter e implementar tais processos de controle e racionalização na fábrica, torna-se necessário ao capital exercer o controle sobre a vida do/a trabalhador/a, na medida em que a produção da força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade, isto é, processos de produção e reprodução da vida” (SOUZA, 2006, p. 64).

montagem e, aí sim, somente ilhas de produção. Ambas as fábricas encerraram devido ao rompimento avassalador da reestrutura produtiva com base no toyotismo.

Do ponto de vista político-ideológico, se expressa no surgimento de toda uma nova linguagem para referir-se ao real, articuladas em formulações ideais no que se convencionou chamar de pós-modernismo. E este domínio sobre as ideias tem sido tão exitoso, que os novos termos passaram a serem assumido como se foram de caráter universal, como se expressassem a totalidade e não como o que são na realidade: conceitos particulares que expressam interesses também particulares, interesses de classes.

Tal “vitória” ideológica da lógica capitalista é tão significativa, que mesmo setores que se reivindicam marxistas têm, em inúmeras situações, se rendido a esta fascinante e bem articulada visão de mundo, mesmo que discursivamente afirmem seu contrário. A discussão das opressões (de sexo/gênero, de raça/etnia e de orientação sexual) foi nomeada pelo pós-modernismo sob a rubrica de “identidade”, tornando o conceito de identidade o conceito central, obnubilando a classe. Tal penetração foi tão significativa, que alguns setores marxistas, ao opor-se acertadamente à ideologia pós-moderna, recaem em erro e nomeiam toda a luta contra as opressões como “identitarismo” e rejeitam a luta contra as opressões, restando no mecanicismo mais vulgar. No entanto, há um número considerável de mulheres e homens marxistas que discutem as opressões do ponto de vista do MHD, sem recair nas armadilhas pós-modernas, buscando investigar e compreender quais são as formas históricas, políticas, sociais e ideológicas que o capital cria e recria para se eternizar como modo de produção.

Óbvio que dá menos trabalho e causa menos inquietação interior, além de não abalar os privilégios (de posição social, sexo ou raça/etnia) fazer uma leitura mais simples do real, tomando uma única categoria como existente. Teria Marx se enganado quando nos ensinou que o concreto é a síntese de múltiplas determinações? Avaliamos que ele se refere à necessidade constante de pesquisar, estudar e tomar como ponto de partida a realidade empírica, analisá-la e retornar a ela agora como concreto pensado. Assim Marx nos ensina da complexidade do real, e adverte que a prática social é o critério da verdade.

Crítica para Marx não é simplesmente apontar o dedo para o que está errado: trata-se de analisar os fundamentos, as bases do fenômeno, verificar quais aspectos são verdadeiros, quais os que são parciais ou falsos. Analisa-se, então, o que pode ser

transformado, joga-se fora o que é falso, inverte-se etc; o que significa superar não é evitar o tema, negar sua existência, mas incorporá-lo criticamente.

Objetivamos renovar não o MHD, posto que ele – desde sua criação por Marx e Engles – nos permite realizar análises complexas, para além da deturpação mecanicista; objetivamos reafirmar como o MHD é uma arma extremamente eficaz para pensarmos as opressões e sua ligação com a exploração do trabalho. Ao analisarmos os postos e locais ocupados na produção pelas parcelas da classe trabalhadora compostas pelas mulheres e pela população negra, deparamo-nos com a incontestável situação de que estes, na divisão social do trabalho, ocupam os postos mais mal remunerados e majoritariamente ligados ao trabalho manual. Tal constatação pode ser tomada sem nenhum sobressalto, tomando como “natural” que as mulheres e os/as negros/as, parte majoritária da classe trabalhadora, vivam e estejam submetidos a processos degradantes de dominação/opressão, se afinal se considera que eles são “mesmo inferiores”. Mas se reconhecemos que existem diversas formas de desigualdade, cujas gêneses se encontram todas no interesse material do capital de se reproduzir sempre mais e mais, devemos pesquisar como estas opressões se articulam e alimentam este processo de exploração.

Afirmar, corretamente, como o fazem os marxistas, que a exploração é a raiz das opressões é o começo do processo, mas isso não é suficiente. O próximo passo é perguntar-se porque esta raiz dá origem a tronco, flores e frutos com estas características, opressivas.

Marx nos ensina que, para conhecer o concreto, é necessário identificar as determinações existentes e saturá-lo com estas múltiplas determinações. No entanto, uma significativa parcela das análises realizadas, inclusive por marxistas, acerca da opressão que recai sobre as mulheres, é realizada de forma reducionista, tomando o eixo da classe como se fora o único. Partimos sempre, nós, revolucionárias/os, do pressuposto de que vivemos numa sociedade de classes e nos colocamos como classe trabalhadora e agimos no mundo a partir desta perspectiva.

Então, por óbvio, não é suficiente colocar o epíteto “mulher trabalhadora” para se realizar uma análise da opressão que recai sobre as mulheres, mas torna-se mister abandonar as análises abstratas e transformá-las em concretudes que possam ser enfrentadas. A classe trabalhadora não é uma homogeneidade simples, mas uma síntese de múltiplas determinações. A definição basilar de classe se efetua pela análise do lugar que cada indivíduo ocupa na produção, isto é, se ele faz parte da classe que detém a

propriedade dos meios de produção ou se tem de sua apenas a propriedade da força de trabalho que é constrangido a vender. O processo de constituição de uma classe é sempre complexo e na obra do próprio Marx esta categoria ganha significados com pequenas diferenças, ao longo de sua obra. No entanto, cada um dos indivíduos que compõe cada uma destas classes (exploradoras ou exploradas) possuem características diversas quanto ao sexo, raça/etnia, nacionalidade etc., expressando a diversidade fundamental do gênero humano, que constitui uma unidade mas não uma identidade.

Situamo-nos entre os/as analistas que reivindicam a utilização do MHD, em uma análise do sistema sexo/gênero que não hipostasie a opressão, mas que também não a menospreze, usando a dialética para pensar as complexas relações entre exploração de classe e dominação/opressão de sexo/gênero.

A discussão da opressão que recai sobre as mulheres se ressentem de dois problemas básicos. O primeiro deles, no campo revolucionário, é o reducionismo mecanicista, aliás muito conveniente porque desobriga de analisar a questão mais a fundo. Ao afirmar-se – corretamente – que a raiz de toda a opressão é a exploração do trabalho realizada pelo capital, é basilar analisar porque, para o capital, não basta explorar, extrair a mais valia, mas porque ele tem a necessidade de engendrar as formas históricas e multifacetadas de opressão.

Em todas as sociedades de classes os interesses antagônicos são primordialmente interesses de classe, mas o MPC apresenta vários interesses apenas conflituosos como se fossem contraditórios, criando abismos e obstáculos de difícil superação, que se situam no terreno das diferenças de sexo/gênero, de raça/etnia, geracional, religioso, cultural etc. No que se refere ao sexo/gênero, é o patriarcado que organiza os interesses dos homens contra as mulheres, mas os antagonismos não se referem apenas às graves situações de opressão (como defendem setores do feminismo não marxista), mas organizam também a força de trabalho das mulheres, quando o capital necessita aumentar (ainda mais) a exploração, para cumprir seu objetivo, que é o de valorizar o valor.

O segundo problema é o modo como o pós-modernismo lida com a questão das opressões, hipostasiando o mundo da opressão e desvinculando as formas de opressão da sua raiz central, que é a exploração. O pós-modernismo é a forma cultural gestada pelo capital a partir dos anos 1970 para expressar seus interesses, apresentando-os como se foram de todos/as, sem distinção de classe. Há quem considere que a representação dos interesses das mulheres deva ser assumida única e exclusivamente por mulheres

(identitarismos via lugar de fala), como defendem as feministas identitárias, que partem do pressuposto de que as mulheres constituem um grupo homogêneo (DIAMOND et HARSTOCK, 1981; JÓNASDÓTTIR, 1988). Para estas autoras, o gênero sobrepõe-se à classe, um conceito que no seu ponto de vista não é neutro, sendo baseado numa visão masculina do mundo, e que exclui as necessidades e as experiências das mulheres. Como corolário, a análise em termos de classe deve ser abandonada.

A variável sexo/gênero é relevante, como o é a variável étnico-racial. Mas proceder a uma abordagem pelo sexo/gênero negando a classe é, como afirma Curtin (1999), extremamente redutor, pois, em primeiro lugar, porque as mulheres não constituem nenhum grupo homogêneo, existindo entre elas interesses diferenciados, com as diferenças podendo ser mais relevantes do que as que derivam do sexo; em segundo, porque, ainda que tendo interesses específicos enquanto mulheres, têm igualmente necessidades e preocupações mais gerais enquanto trabalhadoras. Por último, porque a formação dos interesses e das solidariedades em torno da classe ou do sexo/gênero deve ser encarada como dinâmica e fluida, com fronteiras modificáveis, com novas reivindicações e novas solidariedades que podem emergir durante os processos de formulação e de reformulação dos interesses de classe ou de sexo/gênero.

O capital tenta hegemonizar a vida social como se a opressão/dominação que recai sobre a metade da classe trabalhadora, as mulheres, fosse um fenômeno indesejado por ele e, desta forma, poderia reunir setores sociais para a superação da opressão/dominação das mulheres. Desta forma, o pensamento pós-moderno obedece a este artifício do capital, lateralizando a exploração e tomando as opressões, seja de sexo/gênero, seja a racial/étnica, como se fossem a determinação central da vida social; como se as opressões ocorressem sem nenhuma ligação com a exploração; como se as mulheres tivessem todas o mesmo interesse; como se a gênese da opressão não se encontrasse nos interesses do capital, quais sejam, os de extrair (ainda mais) a mais-valia, pagando menores salários para parcelas da classe, bem como desunir a classe trabalhadora, na medida em que a divide por sexo, raça/etnia e características absolutamente secundárias, obnubilando o pertencimento comum que é o lugar ocupado na produção, ou seja, pertencerem todas/os à mesma classe.

São diversas as estratégias às quais o capital recorre, para, em primeiro lugar, cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor e, em segundo lugar, atuar ideologicamente para perpetuar-se como modo de produzir a vida. Na fase atual da Acumulação Flexível, o capital busca atuar, no que se refere às opressões, adotando medidas absolutamente

cosméticas, que não tocam no âmago da questão da opressão, mas que ele faz aparecer em todos os meios de comunicação subsumidos à sua lógica, como se fossem avanços progressistas que apontariam na direção da superação das desigualdades de sexo/gênero. É essa armadilha que os pós-modernos estão construindo e conseguindo convencer grande parte da juventude e das mulheres trabalhadoras.

### **A importância da classe para o feminismo revolucionário**

É uma tarefa de revolucionários/as disputar a parcela da classe que hoje se encontra à mercê desta lógica, que ao contrário de resolver a opressão, a escamoteia. O pensamento pós-moderno “oferece” soluções aparentemente fáceis para problemas reais, sob a égide do puro voluntarismo e idealismo, do qual o “empoderamento” é um exemplo cabal. Donde se depreende, então, que nós, revolucionários/as, não só não podemos ignorar a problemática da opressão, nem reduzi-la à uma só dimensão, mas enfrentá-la com o nosso arsenal. Reconhecer a opressão específica que recai sobre as mulheres é um passo, mas articular esta opressão com a exploração de classe é uma tarefa dos/as revolucionários/as

Nos movimentos de mulheres, a grande contradição em negar a classe encontra-se justamente no fato de que a negação desta se faz no interior de movimentos de origem burguesa ou pequeno-burguesa, que, como já salientado logo acima, influenciam muito movimentos de jovens trabalhadoras, levando para as concepções pós-modernas.

Quando do avanço das lutas das mulheres no início do século XX, Mariátegui ressaltava, em seu artigo de 1924, *Las reivindicaciones feministas*, que de que tinham chegado ao Peru “las primeras inquietudes feministas”, para quem isso não constituía “una idea exótica, una idea extranjera [mas] simplemente, una idea humana”, e acrescentava que “el feminismo, como idea pura, es esencialmente revolucionario”. Assim, Mariátegui, considerava ainda que o feminismo era resultado da inserção das mulheres no mercado de trabalho (“ha aparecido como una consecuencia de las nuevas formas del trabajo intellectual y manual de la mujer”). Porém, afirmava a inexistência de um só feminismo, distinguindo, antes, a presença de “vários colores, diversas tendencias”, enunciando três.

A primeira é o **feminismo burguês**, que também poderemos chamar de liberal, caracterizado como sendo um feminismo “de diletantes un poco pedante y otro poco mundano”, com as mulheres burguesas a convertê-lo num “simple ejercicio literario, en

un mero deporte de moda”, pois de forma incoerente ao mesmo tempo que rejeitavam o estatuto assumido pelas mulheres no capitalismo, não o põem em causa, pelo contrário, até o aceitam, apenas visando uma sua inserção igualitária no sistema. Isto é, não existiriam quaisquer perspectivas críticas de oposição ao MPC.

A segunda é o **feminismo pequeno-burguês**. Mariatégui não se deteve sobre ele, mas talvez possamos identificá-lo com as mulheres e os movimentos que caem na “armadilha da identidade”, para utilizar o título do livro de Haider (2019), isto é para quem, como Diamond, Harstock ou Jonasdottir, o sexo ou o gênero diferenciam mais do que a classe.

Como o feminismo burguês está contra a luta das operárias. Um exemplo disto, ocorre em Portugal. Vejamos o pequeno excerto histórico. Em dezembro de 1910, foi fundada na cidade de Setúbal a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. Nesta, as mulheres faziam o trabalho desqualificado na indústria conserveira e a quem os soldados haviam recusado a adesão ao seu sindicato de ofício.

Na reunião de fundação da organização esteve presente Ana de Castro Osório, “uma das mais importantes feministas do panorama português, escritora, editora, pedagoga, publicista, conferencista e republicana. Uma mulher determinada e empenhada”, nas palavras de Samara (2007, p. 115), que vivia em Setúbal e era mulher do dono de uma fábrica de conservas. De acordo com Quintas (1998), as operárias conserveiras teriam lhe solicitado que dirigisse a associação, convite que foi aceite. No entanto, as divergências entre esta “incensada” feminista e as mulheres das fábricas em breve surgiram.

Em fevereiro de 1911, as mulheres entram em greve, a qual acabava por marcar a ruptura definitiva entre as operárias da indústria conserveira e Ana de Castro Osório, que a reagiu fortemente, com base em três argumentos. Em primeiro lugar, porque considerava que o grande desígnio das mulheres e da sua associação deveria ser não a reivindicação de melhores condições salariais e de trabalho, mas antes o apelar ao patronato para um trabalho conjunto no sentido de elevar os padrões educativos das mulheres e dos seus filhos, para o que deveriam ser criadas creches e escolas. Concomitantemente, as mulheres também deviam lutar pela obtenção de mais direitos sociais, como subsídios para parturientes e habitação condigna e mais barata, bem como associarem-se em cooperativas de consumo para que os bens alimentares fossem mais baratos. Em segundo, lugar, acusava as mulheres de serem instrumentalizadas pelos

seus colegas de trabalho, que estariam interessados em fomentar conflitos sociais que punham em causa a indústria conserveira. Por fim, defendia que a greve era injustificada, porque as mulheres tinham conseguido algumas regalias havia pouco tempo, e injusta, dado que ganhavam salários mais elevados do que os auferidos por operárias de outras indústrias, trabalhadoras rurais ou domésticas (Samara, 2007).

Retomando Mariátegui, a terceira tendência é o **feminismo proletário**, que também poderíamos designar por popular ou socialista. Segundo Mariátegui, “la democracia burguesa no ha realizado el feminismo”, mas criou, ainda que de forma involuntária, “las condiciones y las premisas morales y materiales de su realización”, ao ter aberto as portas do mercado de trabalho às mulheres, sendo que “el trabajo muda radicalmente la mentalidad y el espíritu femininos [e] la mujer adquiere, en virtud del trabajo, una nueva noción de sí misma”. Em consequência, “la mujer proletaria consustancia su feminismo con la fe de las multitudes revolucionarias en la sociedad futura”.

E se, enquanto as feministas burguesas reivindicavam a igualdade no seio da ordem social capitalista, numa ótica de emancipação política, as mulheres proletárias participavam em revoltas populares contra a fome e por melhores condições de vida. Paralelamente, militantes, desde Flora Tristan<sup>2</sup> ou das grandes marxistas como Alexandra Kolontai, empenhavam-se em que o movimento operário nascente e a sua expressão organizada, o sindicalismo, incluíssem nas suas reivindicações as questões das mulheres.

Faz-se mister salientar que o patriarcado é anterior ao capitalismo e **pode ser posterior a ele**, se pensarmos nas formas que assumiu nas sociedades em que houve uma revolução socialista. Para as feministas socialistas, interessa verificar quais são as formas que este patriarcado, como supremacia masculina, assume no capitalismo, na época atual, visto que o objetivo é acabar com todas as formas de opressão que tecem a teia de sustentação da exploração capitalista.

A separação entre o local de produção e o de moradia é a mais importante consequência que o capitalismo ocasionou para a vida das mulheres (HOBSBAWM, 1998). Nesse processo, separa-se a fábrica, local de produção de valor – que produz valor novo, essencial, no capitalismo, para a produção da mais-valia – do domicílio, local de reprodução da vida (em que esta se reproduz, mas não se cria valor novo, não ocorre a extração da mais-valia). Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o

---

<sup>2</sup> Escritora e militante feminista franco-peruana, 1803-1844.

mundo da produção e tornando o mundo da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garante a produção e a reprodução, quando divide ao meio a classe trabalhadora, entre homens e mulheres, e não remunera as tarefas de reprodução, que, para ele, são essenciais, apesar de não gerarem valor. De quebra, ao dividir o mundo da exploração do mundo da opressão, obtém considerável ganho. Aparentemente, inverte-se essa realidade: a opressão é posta no centro de tudo, e este combate encanta toda uma geração de pesquisadores e atores sociais, que, ao errarem no diagnóstico (da opressão como antecedendo em importância a exploração), erram, também, nas estratégias de enfrentamento – o que dá mais fôlego ao capital.

Nas sociedades de classes os lugares ocupados são determinados centralmente pela classe social nos quais os indivíduos estão situados e o sistema sexo/gênero é o referencial sob o qual a sociedade organiza as expectativas acerca dos indivíduos, a distribuição desigual de poder, as aspirações, espaços sociais ocupados e proibições, **em função do sexo**, e se fundamenta em uma base dupla: a biologia e a divisão sexual do trabalho (IZQUIERDO, 1990). Para conhecer as bases materiais do sistema sexo/gênero, torna-se mister conhecer tanto as bases biológicas quanto as bases sociais deste sistema. Tal enfoque permite ancorar na materialidade a discussão da opressão de sexo/gênero, fugindo das correntes idealistas que atribuem essa opressão apenas às causas simbólicas e/ou culturais.

A opressão que é exercida sobre as mulheres não é um poder que se espalha de forma foucaultiana sobre todos/as, sem destino e sem origem. Ao contrário, apesar de não ser exercida, a todo o tempo por todos os homens, a opressão é exercida pelo homem sobre a mulher, isto é, tem origem e destinatária. Esses homens são membros da classe trabalhadora, têm o mesmo interesse histórico de libertação do jugo do capital. No que se refere, contudo, aos interesses patriarcais, como interesses imediatos, são eles que se beneficiam do sexismo. Não se pode negar o papel de opressor (consciente/inconsciente) que os homens têm exercido na manutenção do patriarcado. Negar este papel é contribuir para perpetuar tanto o patriarcado como o capitalismo.

A leitura simplista/reducionista que algumas correntes de esquerda fazem de que a opressão das mulheres expressa-se apenas nas relações de trabalho, como se fora apenas uma obra dos patrões, desconhece a realidade da situação das mulheres, em todos os setores da vida social. A opressão que recai sobre as mulheres é praticada por homens concretos; e ela não tem uma origem interna a eles, mas (também) ela é internalizada pelos homens como legítima e se sustenta em organizações objetivas do

capital que os beneficia, por exemplo, na distribuição de empregos, na ocupação de lugares majoritariamente nos processos de produção da vida e não na reprodução da vida social, nos melhores lugares sociais etc .

O capital não tem como objetivo dominar, mas o domínio é uma necessidade ineliminável, forma de garantir que o valor seja valorizado, que haja a extração da mais-valia, que o sobretrabalho seja produzido. Ora, é possível extrair e extorquir o trabalho de outrem, sem oprimi-lo, sem semear a divisão na classe por meio da ênfase em suas características fenotípicas, como sexo ou raça? Neste sentido, o controle do capital, a submissão a ele, a opressão por ele exercida são iminentes e necessários, pois é da natureza do capital extorquir trabalho alheio, extorquir o trabalho é seu objetivo, a opressão é um instrumento para tal.

Opomo-nos aqui às discussões sobre poder feitas de forma foucaultiana, em que o poder existe circularmente, exercido por todos, sem objetivo, a não ser existir em si, como se esse poder/domínio não obedecesse a nenhuma lógica econômica, mas fosse puramente desejo de domínio.

É infrutífera (porém não inócua) a posição de centralizar a luta revolucionária no ataque à opressão, à dominação, lateralizando a luta contra o capital. Para acabar com a dominação, sob qualquer forma que ela ocorra – como submissão do trabalho, na esfera do patriarcado ou racial – é necessário acabar com o capital, cujo objetivo é valorizar o valor e para tanto necessita submeter, dominar. Como a dominação é necessária ao capital, dela ele não pode prescindir. Pode, até, modificar as formas de exercê-la, como nas artimanhas tramadas neste período da Acumulação Flexível, para lidar como o sistema sexo/gênero, racial/étnico, de orientação sexual, etc., quando toma medidas que aparentemente combatem as opressões. A dominação, repita-se, não é o objetivo do capital, mas, sim, a valorização do valor, a extração da mais-valia. Quem elege a dominação como objetivo do capital e não como sua forma necessária erra no diagnóstico e, conseqüentemente, no enfrentamento a ser travado.

Quanto ao sexo/gênero, a análise confirma que o capital, simplesmente, não pode escolher acabar com a opressão, pois essa é uma necessidade sua, não uma escolha; pode, entretanto, velar as formas pelas quais essa opressão se exerce, disfarçá-las, pintá-las com cores belas, efetuar medidas superficiais, cosméticas, subjazendo as formas sociais pelas quais a subsunção real opera, como ocorre nesses tempos de reestruturação produtiva.

Como nos ensina Marx, é no modo de organizar o trabalho que se encontra a chave para analisar a vida social. Analisemos como ocorre, neste início de século XXI, o processo de subsunção no mundo do trabalho. Na subsunção formal do trabalho ao capital, a coação tem como objetivo a produção do sobretrabalho e a obtenção do tempo livre para o desenvolvimento independente da produção material. Distingue-se a coação dos modos de produção anteriores apenas na forma. Mas essa mudança na forma não é inócua, faz aumentar a continuidade, a intensidade do trabalho e a produção, é mais propícia ao desenvolvimento das variações na capacidade do trabalho e, por isso, à diferenciação dos modos de trabalho e de aquisição e, finalmente, reduz a relação entre o capitalista e o/a operário/a a uma simples relação monetária, de compra e venda, eliminando da relação de exploração todas as excrescências políticas, religiosas ou patriarcais. Isto não significa que o capital instaura o reino da não dominação, mas que acaba com as velhas formas de dominação (escravidão, servidão, vassalagem), e instaura novas, visto que a própria relação de exploração gera uma nova relação de hegemonia e subordinação, com novas expressões políticas. A forma torna-se mais livre porque agora é de natureza apenas material, formalmente voluntária, puramente econômica.

A relação de hegemonia e subordinação ocupa no processo de produção o lugar da autonomia anterior – em que os produtores apenas pagam uma renda à autoridade constituída (seja ao senhor ou à Igreja) –, isto é, a relação de hegemonia e subordinação é ela mesma produto da implantação do MPC.

Depreende-se, então, que o capital, como apontado por Marx, precisa constantemente mudar para que tudo continue como está: lampezianamente ele modifica as formas de dominação/opressão que exerce, dentro ou fora do chão da fábrica. Nossa obrigação como revolucionários/as tem duas armadilhas a evitar, a primeira é recair no mecanismo que engessa e paralisa a análise; e a segunda é recair na sedutora análise idealista, que atribui à dominação/opressão somente a causas simbólicas, desaparecendo com a materialidade. Devemos realizar a análise concreta dos casos concretos também no que se refere às opressões e suas formas mutantes, apreendendo o movimento do capital para continuar sendo o que é, explorador da força de trabalho alheia.

## **Conclusão**

A tarefa dos/as revolucionários/as é realizar a revolução. Para tanto, se faz mister agir para que a metade da classe trabalhadora, constituída pelas mulheres, que hoje entra ainda em pequeno número na luta revolucionária, inseridas que estão no cumprimento de seus papéis de gênero, cuidando tanto da produção como da reprodução da vida, possa se incorporar à luta de classes, de forma massiva, para destruir o MPC. As bandeiras com as quais nos aproximaremos das mulheres trabalhadoras devem apontar necessariamente para a construção de uma sociedade sem classes, sem qualquer forma de exploração ou opressão. O caminho para realizar tal tarefa é estar ombreada com elas, seja nas lutas contra toda e qualquer forma de opressão que elas sofrem enquanto mulheres, seja nas lutas contra a exploração que elas sofrem enquanto classe.

E as necessidades específicas das mulheres estão expressas em vários escritos de revolucionários/as e várias delas puderam ser realizadas pelos soviéticos em seu período revolucionário e necessitam ser retomadas como bandeiras nas lutas feministas revolucionárias:

- Fim da dissociação entre trabalho da produção e da reprodução, com o Estado assumindo as tarefas de reprodução da força de trabalho; para tanto, urge a criação de lavadeiras coletivas, restaurantes coletivos etc;
- Creches em todos os espaços de trabalho e de lazer, escola em tempo integral para as crianças;
- Direito ao aborto quando a mulher engravidar involuntariamente e contracepção segura para não engravidar;
- Todo o apoio durante a gravidez;
- Salário igual para trabalho igual;
- Trabalho assalariado para todas;
- Educação integral;
- Direito à saúde integral e não apenas quando está na idade reprodutiva;
- Combate a todas as formas de violência patriarcal, entre outras formas de violência.

Dissociar as lutas imediatas das mulheres de suas lutas históricas é recair no mecanicismo que retarda a construção da revolução.

A luta de classes deverá ser a referência permanente para a luta das mulheres, posto que são inseparáveis. Deste modo, as reivindicações próprias das mulheres (quer as relativas à esfera da produção, quer à esfera da reprodução) devem ser articuladas com as reivindicações de carácter mais geral da classe trabalhadora. E é inscrevendo-se

nessa luta mais geral, de homens e mulheres, contra todas as formas de opressão e de exploração e pela transformação da sociedade, que a luta das mulheres poderá ter êxito.

A igualdade e a não discriminação e a emancipação da mulher só se tornarão realidade quando a *emancipação humana* se efetivar. Ao abrir o preâmbulo do Programa do Partido Operário Francês, de maio de 1880, redigido integralmente por Marx (1880), ele já afirmava: “[...] que a emancipação da classe produtiva é aquela de todos os humanos sem distinção de sexo ou raça” . E depois, logo no início do ponto A. Seção Política, afirma-se:

Abolição de todas as leis sobre a imprensa, reuniões e associações e, acima de tudo, a lei contra a Associação Internacional dos Trabalhadores. Remoção do “livret”<sup>3</sup>, aquele controle administrativo sobre a classe trabalhadora, e de todos os artigos do Código [Napoleônico, *n. dos a.*] estabelecendo a inferioridade do trabalhador em relação ao patrão, e da mulher em relação ao homem (MARX et GUESDE, 1880).

## Referências

CURTIN, Jennifer. *Women and trade unions: a comparative perspective*. Aldershot: Ashgate, 1999.

DIAMOND, Irene & HARSTOCK, Nancy. Beyond interests in politics: a comment on Virginia Sapiro’s “When are interests interesting?: the problem of political representation of women”. *American Political Science Review*, 75, n.º 3, 1981, p. 717-721.

ENGELS, Friedrich. *Carta para Joseph Bloch* (setembro de 1890). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm#topp>. Acesso em: 28.05.2023.

HAIDER, A. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

HOBSBAM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. 5.a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IZQUIERDO, María Jesús. *Bases materiais del sistema sexo/gênero*. São Paulo: SOF, 1990.

JÓNASDÓTTIR, Anna G. On the concept of interest: women’s interests and the limitations of interest theory. In JONES, Kathleen B. et JÓNASDÓTTIR, Anna G. *The political interests of gender*. Londres: Sage, 1988, p. 33-65.

---

<sup>3</sup> O “livret” (livreto) era um certificado que o trabalhador era legalmente obrigado a apresentar ao assumir um novo emprego, confirmando que suas dívidas e obrigações para com seu empregador anterior haviam sido quitadas. A prática foi finalmente abolida em 1890.

MARIÁTEGUI, J. C. *Obras completas*. Temas de educación. Lima: Biblioteca Amauta, 1986, p. 167-172.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, Volume I, 13a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Preâmbulo d'O programa do partido operário francês* (1880). Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/07/22/o-programa-do-partido-operario-frances/>, extraído de <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1880/05/parti-ouvrier.htm>, tradução de Pedro Abílio. Acesso em: 28.05.2023.

MARX, Karl & GUESDE, Jules. *O programa do partido operário francês* (1880). Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/07/22/o-programa-do-partido-operario-frances/>, extraído de <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1880/05/parti-ouvrier.htm>, tradução de Pedro Abílio. Acesso em: 28.05.2023.

NETTO, J. P. Prólogo. In K. Marx & F. Engels, *Manifesto do partido comunista* (pp. 9-77). São Paulo: Cortez, 1998.

QUINTAS, Maria da Conceição. *Setúbal: economia, sociedade e cultura operária – 1880-1930*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998

SAMARA, Maria Alice. *Operárias e burguesas: as mulheres no tempo da república*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

SOUZA, T. M. S. *Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista*. Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2006.